

LEI Nº 01041/2019

(Projeto de Lei n.º 030/2019 - Autor: Poder Executivo)

**DISPÕE SOBRE O LIMITE MÍNIMO
PARA AJUIZAMENTO DE AÇÕES
EXECUTIVAS FISCAIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Procuradoria Geral do Município de Conde fica autorizada a não ajuizar, e, bem assim, a requerer a cessação da cobrança judicial sem resolução do mérito, nos créditos da Fazenda Pública Municipal, cujo valor monetariamente atualizado seja inferior ao limite de alçada.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á limite de alçada para ajuizamento de ação judicial de execução pela Procuradoria Geral do Município de Conde o valor atualizado do crédito inscrito em Dívida Ativa igual ou inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 2º Cabe ao Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, alterar o limite de alçada fixado no §1º deste artigo, levando em consideração diminuta importância do crédito comparada aos custos prováveis para seu recebimento.

§ 3º O disposto neste artigo não importará em cancelamento do crédito, o qual permanecerá ativo ou, sendo o caso, inscrito em Dívida Ativa até sua quitação ou outro motivo que determine sua extinção.

§ 4º A cessação da cobrança judicial ativa quando da vigência desta lei fica condicionada à inexistência:

I – de embargos à execução, salvo desistência do embargante, sem ônus para a Fazenda Pública Estadual;

II – de penhora previamente formalizada nos autos;

III – de suspensão do processo por parcelamento ativo.

Art. 2º O valor do crédito a ser considerado para os efeitos do §1º do artigo 1º será a soma de todos os créditos devidos e inscritos em dívida ativa por um mesmo contribuinte, identificado pelo seu CNPJ, CPF ou inscrição municipal.

Parágrafo Único. Os valores consolidados dos créditos devidos por um mesmo contribuinte, identificado pelo CNPJ, CPF ou inscrição municipal, desde que ultrapassem o limite fixado no §1º do artigo 1º desta lei, deverão ser reunidos para cobrança conjunta em uma mesma ação de execução fiscal.

Art. 3º Os créditos tributários cujos valores, separada ou conjuntamente, consolidados por contribuinte, sejam inferiores ao previsto no § 1º do art. 1º desta Lei, deverão ser



monitorados para que se promova a execução fiscal quando ultrapassarem o respectivo patamar, obedecido o prazo prescricional fixado em lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 27 de dezembro de 2019.



Márcia de Figueiredo Lucena Lira
Prefeita